

ATA da 223 sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, sessão de Pernambuco, realizada no dia três (3) do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três (1953).

Aos três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, em a sala de reuniões desta sessão da Ordem dos Advogados do Brasil, pelas dezesseis horas, teve lugar mais uma reunião ordinária do Conselho da mesma sessão, com a presença dos seguintes conselheiros: José Cavalcanti Neves, Adauto José de Melo, Antonio Geraldo Guedes, Antônio Batista, Augusto de Souza Duque, Severino Jordão Emerenciano, Mácio Guimarães de Souza, Fernando Mendonça, Benedito Campelo, João Pinheiro Bius, Luis Pinto Ferreira, Luiz de Franca José Bezerra, Carlos Martins Moreira, Eraldo Valença, Pedro Bius, José Benício Acioli e Pelágio Silveira. Aberta a sessão pelo senhor Presidente, José Cavalcanti Neves, e ocupando as primeiras e segundas secretarias, respectivamente os conselheiros Severino Jordão Emerenciano e Pelágio Silveira foi lida a ata da sessão anterior e unanimemente aprovada, com uma retificação referente ao voto de congratulações ao Doutor Edgard Toledo, que também foi de iniciativa deste Conselho. Do expediente couberam: um telegrama de agradecimento subscrito pelo Dr. Edgard Toledo, um ofício do Conselheiro Luiz Rafael Mayer, comunicando que estava ausente pelo prazo de dois meses e um ofício do Presidente da Comissão do Tricentenário de Restauração Pernamb.



bucara, salientando o uso da legenda "Tricentenário da Restauração Pernambucana" nos papéis da ordem. O Conselho marcou, unanimemente, adotar a legenda. Na ordem do dia foi concedida inscrição no quadro de advogados, em caráter definitivo e sem restrições, a Manoel de Almeida Silva. Também foram aprovados os pareceres favoráveis à inscrição, no mesmo quadro, em caráter provisório de Mozart Boyer de Siqueira, Valdeci Xavier Bezerra, Romulo de Aguiar Oliveira, Waldemar Epifanio Pugliesi e Genuelino da Costa Gomes, os três primeiros sem restrições, o quarto com restrição quanto à fazenda federal e o último com restrição quanto à fazenda pública em geral. No quadro de provisionados foi concedida inscrição a Manoel Soares da Rocha, para as Comarcas de São Bento do Una e Lagoa, com as restrições de tempo e de território previstas em lei. Foi ainda aprovada a inscrição de Lucas Soares Cardoso, no quadro de provisionados, cujo processo, por equívoco, havia sido convertido em diligência. Ainda no quadro de solicitador e sem qualquer impedimento foi concedida a inscrição de José Barbosa Boriz. Finalmente o Conselho apreciou um ofício do exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, acerca de promissas de solicitadores para as comarcas de Tambi, Timbaúba e Macapáima, sendo aprovado o parecer da comissão, segundo qual nada havia a opinar no momento, o que deveria ser feito por ocasião da inscrição. O Conselho apreciou também um requerimento de Genilda Gessy Cardoso das Neves, filha do

Fina

advogado Abaúdo Azeiteiro Cardoso das Mercês, recém-falecido, solicitando a conversão do auxílio pecuniário anteriormente concedido para tratamento de saúde, em auxílio funeral. O requerimento foi deferido. Com a palavra o conselheiro Fernando Mendonça faz referência à deficiência dos serviços da Justiça do Trabalho, resultante do pequeno número de Juízes de Conciliação e Julgamento e pede o interesse do Conselho junto ao Parlamento Nacional, onde se vota uma lei ampliando aqueles serviços. O conselheiro João Pinheiro Guimarães faz considerações a respeito, esclarecendo ser o autor de proposição anterior referente a resolução que obrigava os advogados a permanecerem nas Juízas de Conciliação até mesmo quatro horas após a marcação para a audiência, para de revelar, e termina solicitando sejam considerados os dois assuntos. Por sugestão do senhor Presidente foi designada uma comissão para propor o que couber, composta dos Conselheiros Fernando Mendonça, João Pinheiro Guimarães e Augusto de Souza Duque. O Conselheiro Manoel Campos, depois de se referir às condições particulares do Brasil, país extenso e com escassez de meios de transporte sugere um movimento junto às demais seções da Ordem no sentido de serem pagas às instituições de origem as custas de preparo dos recursos na instância superior. A proposição suscitou debates, em que intervieram particularmente os Conselheiros Carlos Mar-

fins Ulenia e Fernando Mendonça, sendo aquela
 aprovada, por dez votos contra sete uma su-
 gestão da Presidência no sentido de ser o assun-
 to entregue à apreciação de uma comissão
 que deveria emitir o seu parecer até o próxi-
 mo dia do. Essa comissão ficou constituída
 pelos Conselheiros Manoel Guimarães de Souza,
 Manoel Batista e Pedro Lima. Em seguida, e
 dando fecho à sessão, o senhor
 Presidente comunicou ao Conselho haver rece-
 bido do exmo. dr. Procurador Geral do Estado
 um officio capeando carta da srta. Maria Do-
 roteia Diniz, dirigida ao exmo. dr. Presidente da
 Republica, declarando que, em processo de sus-
 tação "os advogados do Palacio da Justica"
 haviam se apropriado da quantia de trinta
 e dois mil cruzados. Procedendo a uma indi-
 cação o senhor Presidente verificou que a
 quantia de trinta e dois mil oitocentos e
 quarenta cruzados havia sido entregue pelo
 escrivão Amaro Correia em processo de acidente
 do trabalho de interesse da redeante, ao dr.
 Curador de Acidentes, Bacharel Arnaldo Vazquez,
 para ser depositada, na forma da lei, na
 respectiva instituição de previdência. O assunto
 dizia respeito ao Ministério Publico, pelo que
 o Conselho aprovou a devolução do processado
 ao exmo. dr. Procurador, para que S. Exa.
 tomar as providências que julgasse con-
 venientes. Nada mais havendo a tratar
 foi encerrada a sessão, da que, para
 constar em Felício Silveira, segundo seu
 officio, lavrei a presente ata que vai



tins Ulloa e Fernando Mendonça, sendo a final
 aprovada, por dez votos contra sete uma su-
 gestão da Presidência no sentido de ser o assun-
 to entregue à apreciação de uma comissão
 que deveria emitir o seu parecer até o próxi-
 mo dia do. Essa comissão ficou constituída
 pelos Conselheiros Mano Guimarães de Souza,
 Mano Batista e Pedro Lima. Em seguida, e
 dando fecho secreto a sessão, o senhor
 Presidente comunicou ao Conselho haver rece-
 bido do exmo. dr. Procurador Geral do Estado
 um ofício capeando carta da sr. Maria Do-
 roteia Diniz, dirigida ao exmo. dr. Presidente da
 República, declarando que, em processo de sur-
 terress "os advogados do Palácio da Justiça"
 haviam se apropriado da quantia de trinta
 e dois mil cruzados. Procedendo a uma indi-
 cância o senhor Presidente verificou que a
 quantia de trinta e dois mil oitocentos e
 quarenta cruzados havia sido entregue pelo
 escravo Amaro Correia em processo de acidente
 do trabalho de interesse da reclamante, ao dr.
 Curador de Acidentes, bacharel Anibal Varajão,
 para ser depositada, na forma da lei, na
 respectiva instituição de previdência. O assunto
 dizia respeito ao Ministério Público, pelo que
 o Conselho aprovou a devolução do processado
 ao exmo. dr. Procurador, para que S. Exa.
 tomasse as providências que julgasse con-
 venientes. Nada mais havendo a tratar
 foi encerrada a sessão, da que, para
 constar em Pelágio Silveira, segundo secre-
 tário, lavrei a presente ata que vai

Fins

por mim assinada e pelo senhor Presidente.

José Cavalcanti de Albuquerque

Aprovada 5/12/1915 - Pelágio Silveira